



ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE BIBLIOTECÁRIOS

ENSAIOS APB

*Livro e leitura no Brasil:
alguns aspectos acerca da entrada do impresso no país*

Ivete Pieruccini Faria

Ensaio APB, n.22

APB - ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE BIBLIOTECÁRIOS - APB

*Livro e leitura no Brasil:
alguns aspectos acerca da entrada do impresso no país*

Ivete Pieruccini Faria

Ensaio APB, n.22

APB - ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE BIBLIOTECÁRIOS - APB

Livro e Leitura no Brasil: alguns aspectos acerca da entrada do impresso no país

Ivete Pieruccini Faria

Ensaio APB, n.22

**São Paulo
Setembro
1995**

ENSAIOS APB

Coordenação editorial: Oswaldo Francisco de Almeida Junior

- MELO, José Marques de. Comunicação de Massa x Leitura. 1994. (Ensaio APB, 1)
- MOSTAFA, Solange Puntel. Balcão de Informações: o mercado emergente. 1994. (Ensaio APB, 2)
- TAVARES, Maria Christina de Moraes. Atuação da Biblioteca Infante-Juvenil. 1994. (Ensaio APB, 3)
- MURGIA, Eduardo. A Crise da Informação. 1994. (Ensaio APB, 4)
- OLIVEIRA, Silas Marques de. A Crise dos recursos Humanos em Bibliotecas. 1994. (Ensaio APB, 5)
- BARROS, Maria Helena T. C. de. A Atuação da Biblioteca Escolar: relato de uma crise. 1994. (Ensaio APB, 6)
- DIAS, Maria Cristina Santarém et alii. Alternativas para Contornar a Crise da Leitura: uma experiência do ônibus-biblioteca na cidade de São Paulo. 1994. (Ensaio APB, 7)
- FERREIRA, Marta Nosé et alii. Projeto "Soma". 1994. (Ensaio APB, 8)
- LARROUDE, Rita Luisa et alii. Terceira Idade: relato de uma experiência, 1991-1992. 1994. (Ensaio APB, 9)
- SILVA, Helen de Castro et alii. Um espaço para a Fantasia. 1994. (Ensaio APB, 10)
- TOMAZELLI, Angela M. et alii. Criança de Periferia não Lê: desmistificação. 1994. (Ensaio APB, 11)
- RIVA, Eliane Barbosa et alii. Terceira Idade: programa integrado. 1994. (Ensaio APB, 12)
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. O Espaço da Biblioteca: uma reflexão. 1994. (Ensaio APB, 13)
- VALENTIM, Marta Ligia Pomim. Leitura Técnica e seu Papel na Pesquisa & Desenvolvimento. Jan. 1995. (Ensaio APB, 14)
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Biblioteca pública: ambigüidade, conformismo e ação guerrilheira do bibliotecário. Fev. 1995. (Ensaio APB, 15)
- VALLS, Valéria. O espaço do bibliotecário no gerenciamento de documentos do Sistema da Qualidade. Mar. 1995. (Ensaio APB, 16)
- CARDIN, Tânia Maria Sanvezzo. Lixo reciclável x incentivo à leitura: uma relação que deu certo no município de Ibiporã - PR. Abr. 1995. (Ensaio APB, 17)
- LIMA, Justino Alves. Bibliotecas e bibliotecários: o perfil de um caso. Maio 1995. (Ensaio APB, 18)
- MODESTO, Fernando. Apontamentos sobre a ergonomia na implantação e uso do computador na biblioteca. Jun. 1995. (Ensaio APB, 19)
- CÔRTE, Adelaide Ramos e. Memória técnica. Jul. 1995. (Ensaio APB, 20)
- FUJINO, Asa. A gestão da informação no processo de cooperação universidade-empresa: uma visão crítica. Ago. 1995. (Ensaio APB, 21)
- FARIA, Ivete Pieruccini. Livro e leitura no Brasil: alguns aspectos acerca da entrada do impresso no país. Set. 1995. (Ensaio APB, 22)

Livro e leitura no Brasil: alguns aspectos acerca da entrada do impresso no país

Ivete Pieruccini Faria^(*)

O impresso, em especial o livro, sofreu inúmeras dificuldades até começar a ser incorporado na cultura brasileira. Este trabalho pretende apresentar aspectos relativos a este processo a partir da leitura de textos (ver bibliografia no final) que trataram da problemática. As leituras foram orientadas no interesse de apreender políticas e práticas que envolveram Livro e Leitura no país, da época do Descobrimento ao início deste século.

O material bibliográfico analisado mostra alguns dos traços característicos do percurso da palavra impressa (e da leitura), sob os enfoques da produção, distribuição e consumo da produção literária, com ênfase sobre o papel da imprensa. Tal trajetória é marcadamente pontuada pelo exercício da censura do Estado em diversos segmentos, da produção à recepção; pelo atraso no desenvolvimento do setor de produção gráfica; pela precariedade nas estruturas de produção intelectual; pela lentidão e insuficiência na instalação de circuitos de distribuição adequados. Este conjunto complexo de fatores, próprios de uma sociedade de economia agrária como a nossa e que tardou a ingressar na modernidade econômica, demonstram as dificuldades de implantação e desenvolvimento dessas práticas culturais no país. Algumas etapas, pode-se até supor, foram superadas por terem sido tomadas como desafios particulares contra as adversidades políticas, sociais, culturais e econômicas plantadas em território nacional.

^{*} Bibliotecária do Departamento de Bibliotecas Infanto-Juvenis da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo. Mestranda do Curso de Ciência da Informação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

1. A Censura

O problema da Censura merece destaque por ter sido um fator determinante nos processos iniciais de instalação dos circuitos do impresso no país. Ela está intimamente ligada aos percursos do livro e da leitura e integra nosso contexto cultural desde os primeiros períodos da ocupação portuguesa.

Na medida em que o uso do impresso estava circunscrito às práticas da catequese do gentio, restringindo-se a conteúdos religiosos, gramáticas inofensivas ficando sob o controle da ação jesuítica, não foi objeto do controle estatal.

Durante quase 2 séculos, desde o Descobrimento, a metrópole parece não ter tido motivo para preocupações em relação ao livro, embora tenha sido “visto sempre com extrema desconfiança, só natural nas mãos dos religiosos e até aceito apenas como peculiar ao seu ofício e a nenhum outro [Werneck, p.11]. A constituição de determinados acervos particulares e os movimentos nativistas mobilizaram as autoridades para o controle efetivo da entrada e circulação de livros no país. Nestas práticas, a metrópole acumulava tradição secular: “estavam, em Portugal, sujeitos os livros a três censuras: a episcopal, ou do Ordinário, a da Inquisição, e a Régia, exercida pelo Desembargo do Paço, desde 1576...” [Werneck, p.9]. Desta forma, o comércio clandestino garantia parte da circulação e consumo das obras consideradas proibidas. Livrarias e livreiros, a alfândega eram alvos da ação policial. Também estudantes e membros da maçonaria encarregaram-se de trazer a produção estrangeira censurada no país.

O exercício da censura foi, talvez, uma das políticas “competentes” do Estado no setor do impresso. A prática foi incrementada no país no final do século XVIII, época em que se reconhecia a existência de um número reduzido de leitores (clérigos e letrados) que começam a formar bibliotecas particulares compostas por obras em geral francesas e inglesas e por traduções portuguesas, na maioria contrabandeadas.

Livro e leitura passavam a estar “sob suspeita”; esta condição talvez tenha contribuído para criar uma imagem da leitura (não religiosa) ligada à conduta pecaminosa. A perseguição aos leitores da época, circunscritos, sobretudo, ao segmento intelectualizado, muitos deles envolvidos nos movimentos políticos do final do século, transformou em crime a posse de livros considerados “incendiários”. Os acervos existentes eram constituídos, preponderantemente, pelos clássicos da antiguidade, pelos autores da tradição francesa (Rousseau, Diderot, os enciclopedistas).

Assim conta a história sobre o cônego Luís Vieira, condenado e preso por subversão à Coroa como inconfidente, sobre quem só fazia pesar o crime de possuir uma biblioteca, constituída, muito provavelmente, pelo desejo de conhecimento que caracterizou a segunda metade do século e pelo seu temperamento irrequieto, descontente e instigante [Frieiro, p.18].

Algumas iniciativas de caráter particular para a instalação de tipografias no início do século XVIII foram desmobilizadas através do seqüestro de equipamentos [Werneck, p.16-18]. A criação da Imprensa Régia, em 1808, ampliou a ação da censura sobre os segmentos da produção do impresso no país. O ato real de criação determina que “se imprimam exclusivamente toda a legislação e papéis diplomáticos que emanarem de qualquer repartição do meu Real Serviço...” [Werneck, p. 19]. O desenvolvimento da imprensa que iria atuar sobre os movimentos da Independência e para o relativo avanço do estabelecimento do impresso, estava condicionado à censura régia e aos interesses políticos e econômicos que fariam variar o grau de liberdade de expressão dos jornais da época.

Entretanto, o decreto real permitiria a impressão de outros textos [Silva, p. 3], desde que avaliados por uma junta censora para que nada se “publicasse contra a religião, o governo e os bons costumes” [Werneck, p. 19].

A palavra escrita no Brasil já nasce controlada. A censura que atuava sobre os segmentos da distribuição e consumo se estende sobre a produção. Felizmente, os aptos e interessados encontraram alguns meios (ainda que com dificuldades) para burlar a censura sobre a leitura; no circuito ampliado, entretanto, as próprias políticas culturais e educacionais se encarregaram de criar as dificuldades de apropriação da cultura impressa.

2. O circuito do impresso

a) - A produção

Até a instalação da Imprensa Régia, o país não dispunha de infra-estrutura mínima para a produção do impresso. Por este motivo, temos que considerar a existência da produção estrangeira, predominante até quase o final do século XIX, contra uma produção nacional, que somente às duras penas, foi se constituindo enquanto produção autônoma.

Várias foram as formas utilizadas pelos produtores nacionais, no sentido de viabilizarem e legitimarem sua produção. A quase inexistência de políticas de apoio levou-os à busca alternativa de subsídios: “Sem condições de enfrentarem individualmente a falta de público e a pobreza dos meios de produção intelectual, os baianos buscaram uma solução coletiva, também em voga na Europa civilizada: a criação de academias, que reuniam os letrados em torno de um mecenas. A função deste não era apenas e nem sempre financiar o trabalhos dos poetas, mas protegê-los e prestigiá-los socialmente, legitimando a atividade que exerciam” [Lajolo & Zilberman, p. 50].

O sistema de subscrições (século XVIII) foi um outro recurso através do qual os autores (muitas traduções ou edição de obras já conhecidas) lançavam mão, convencendo os interessados potenciais sobre a importância da publicação [Silva, p.3]. Tal prática instituía a necessidade do ‘direito autoral’ da época, caracterizada pela concessão de alvará real, uma vez que, em geral, se tratava de obra já existente. O autor para garantir a produção precisava inserir-se em todas as etapas do processo; a produção nacional original ou reeditada não contava com o apoio de recursos públicos, embora “um documento aluda a essa possibilidade” [Silva, p.13]. Sem poder contar com o apoio efetivo à produção, a batalha pessoal do autor é prática que vai permanecendo por muito tempo.

Tal condição expõe os escritores às mais diversas situações, desde justificativas (quase escusas) pelo ato de escrever um livro e pedir patrocínio à publicação [Lajolo & Zilberman, p.56-60], até o endividamento pessoal: “A publicação de outras obras de Lima Barreto coexistiu com a permanente dificuldade econômica do autor, aliada ao seu precário estado de saúde. O romance *Triste fim de Policarpo Quaresma*, escrito de janeiro a março de 1911, foi publicado em folhetins na edição vespertina do Jornal do Comércio e o pagamento pelo trabalho permitiu-lhe saldar as dívidas. Somente em 1916 o texto circulou impresso como livro. A edição foi custeada pelo autor, que para isso recorreu a empréstimo junto a agiotas. Pagou um conto e oitocentos réis pela impressão do livro. O débito contraído foi pago mensalmente, através de desconto compulsório em folha de pagamento, reduzindo-lhe ainda mais o salário que recebia como funcionário do Ministério da Guerra [Koshiyama, p. 51].

A mudança da estrutura social e econômica, já em meados do nosso século estará alterando esta situação. A entrada de Monteiro Lobato no mercado da produção editorial em São Paulo, é representativa de uma nova concepção que começa a se delinear, na qual também o autor estará interessado no lucro. O gosto do público e a preocupação com os valores nacionais, por sua vez, começam a fazer parte do interesse da produção: “pretender mostrar os ‘nossos tesouros intelectuais’ era um projeto inovador no Brasil de 1916, quando ‘chique’ era

mesmo ignorar o Brasil e delirar por Paris numa atitude afetada e nem sempre inteligente” [Koshyama, p. 58].

Esta atitude que passava a fazer parte das preocupações de uma concepção editorial emergente no início deste século, se contrapõe a períodos anteriores marcadamente pontuados pelo interesse sobre a edição e publicação da produção estrangeira no país: “a formação do mercado consumidor de textos importados no Brasil processou-se a partir dos fins da época colonial até o ocaso do segundo império. Neste período a produção alienígena se impôs, inclusive com a instalação de editoras estrangeiras no país [Koshyama, p.16]. “Em meados do século XIX, livreiros importadores e editores fixaram-se na Corte, alguns sendo filiais de grandes matrizes européias. Trabalhavam distribuindo a produção literária estrangeira e também editavam alguns autores brasileiros da época, participando ativamente da vida cultural do país e influenciando na produção e no comércio do livro” [Koshyama, p. 23]. A produção literária nacional começa a se caracterizar apenas em meados do século XIX, com o repúdio de romancistas, como Alencar, em relação à produção estrangeira [Koshyama, p.26].

Na área dos didáticos, “a produção de livros escolares de consumo previsível, e portanto mais lucrativos, parece ter interessado mais aos editores dos que aos escritores brasileiros” [Koshyama, p. 38].

No segmento relativo à produção da palavra impressa no país tanto as condições infra-estruturais, quanto as de natureza culturais tiveram participação fundamental. O atraso na instalação de prelos retardando o aparecimento e fixação do objeto livro enquanto produto integrante da nossa cultura, aliada à supremacia da produção estrangeira em circulação polarizam duas ordens de questões importantes para a abordagem das políticas de leitura no Brasil.

b) - A distribuição

A estrutura de distribuição do impresso no país se mostrou também bastante deficitária. Aliás, a expressão ‘estrutura de distribuição’ é de certa forma exagerada para qualificar as escassas instituições que atuavam na distribuição do impresso entre nós, considerando-se a dimensão geográfica do território. ...“o nível cultural no Brasil colônia ressentia-se da falta de escolas, bibliotecas, livrarias e gráficas” [Lajolo & Zilberman, p. 45]. Mesmo a implantação da imprensa, em 1808 -condição importante no quadro da produção da escrita nacional- “além de tardia [...] constitui uma medida isolada, não sendo secundada pela consolidação de instituições e instrumentos necessários à difusão dos produtos impressos. Continuavam faltando escolas, bibliotecas, gabinetes de

leitura, livrarias, jornais, editoras. Tais ausências tornavam inexpressiva a mudança [Lajolo & Zilberman, p. 129].

Quanto ao comércio de livros, entretanto, havia um número até razoável de estabelecimentos, em geral na Corte: “havia inclusive filiais de casas e editoras de Lisboa que se dedicavam ao comércio de livros e traziam para o Brasil traduções de obras francesas” [Koshyama, p.28]. “Para uma cidade como o Rio de Janeiro no início do século XIX, não se pode dizer que fossem poucos os mercadores de livros” [Silva, p.6], muitos dos quais anunciavam suas vendas pelos jornais. Vários setores encarregaram-se da venda de livros, com um interesse evidente sobre o produto enquanto atividade comercial. O segmento da distribuição que mais se desenvolveu parece ter sido esse vinculado à comercialização. Apesar do mercado consumidor restrito, era garantido o escoamento de parcelas da produção estrangeira. Além do comércio, as livrarias editoras também tinham a função de filtros de valores literários e ponto de reunião e encontro de escritores, funcionando como instituições ativas no processo de inserção do livro no país.

No geral, entretanto, a distribuição do impresso não dispunha de infraestrutura que viabilizasse a leitura por segmentos de “não compradores”. O uso das bibliotecas era também inexpressivo: “a leitura dos livros em bibliotecas era uma possibilidade viável apenas para os que podiam chegar aos poucos estabelecimentos existentes no país” [Koshyama, p. 23]

Do ponto de vista da circulação da literatura nacional o jornal teve participação importante veiculando, através dos folhetins a produção de escritores: “nos folhetins os autores podiam divulgar suas obras para posteriormente editá-las e mantinham-se em contato com o público leitor” [Koshyama, p. 25].

A ausência de políticas públicas no setor de distribuição do impresso, revelada também na insuficiência de instituições de educação e cultura, acabou deixando para o mercado a definição dos modos como se instalariam tais circuitos, evidentemente concentrados nos espaços econômica e culturalmente mais desenvolvidos.

c) - O consumo

O consumo da palavra escrita impressa, enquanto atividade de leitura, está vinculado à existência de amplos segmentos sociais alfabetizados, realidade que demorou a se caracterizar em nosso país: “a lentidão do processo de aclimação da cultura letrada relaciona-se, entre outros fatores, à precariedade (para não dizer ausência quase completa) de uma política educacional que dotasse o país de

rede escolar eficiente” [Lajolo & Zilberman, p. 131]. As condições de aprendizado da infância brasileira foram, de forma geral, bastante precárias e se davam, sobretudo, em condições improvisadas, sem organização e estruturas próprias. O programa educacional português se restringiu à catequese de índios e nem mesmo os jovens brancos dispuseram de um programa de educação escolar próprio, aprendendo eventualmente a ler, escrever e contar com particulares [Lajolo e Zilberman, p.27]. “Já se reconhece nesse ponto a pouca (ou quase nula) preocupação das autoridades com a difusão da leitura e escrita. [...] Não poucos estrangeiros em visita ao Brasil, já no século XIX se escandalizavam com a ignorância da população, mesmo a branca e livre, fato sugestivo de que, nos períodos anteriores, a situação não teria sido melhor” [Lajolo & Zilberman, p. 28]. Em tais condições, ainda que os segmentos de produção e distribuição recebessem encaminhamentos adequados não conseguiriam sustentar “uma sólida prática social de leitura” [Lajolo & Zilberman, p.144].

O incipiente ensino oficial no país, além do mais, era de tendência notadamente francesa, contribuindo para a formação do gosto pela cultura estrangeira, corroborado pela oferta do mercado: “obras de escritores franceses circulavam no Brasil, seja no original, seja em traduções portuguesas, traduções destinadas principalmente ao leitor não familiarizado com a língua francesa” [Koshyama, p.28]. Verifica-se, portanto, que ao mesmo tempo em que se apresentavam dificuldades estruturais à prática da leitura, o seu desenvolvimento estava ainda vinculado ao consumo da produção estrangeira, inclusive portuguesa: “O consumo de obras portuguesas era impulsionado no Brasil não só pela ação [dos] distribuidores como também pela pressão escolar, pois Portugal continuava a ditar as normas lingüísticas para o ensino” [Koshyama, p.28].

Após a reforma do ensino em meados do século XVIII, apontam alguns indícios de políticas de leitura vinculadas ao ensino da língua. O novo currículo baseado no método Varney explicita a importância da leitura (da literatura) no aprendizado: “na leitura dos melhores autores aprende-se o melhor” [citado por Lajolo & Zilberman, p.35] e “considera o ensino da poesia condição para a formação do gosto (entendendo-o como resultado de leituras boas e intensivas mas não necessariamente numerosas)” [Lajolo & Zilberman, p.36]. No segmento dos produtores também se manifestam opiniões a respeito: “a preocupação com o leitor parece disseminada entre escritores do século XVIII, mesmo quando eles dispunham de pouco público e chances mínimas de marcar pontos na posteridade [...]. [...] nenhum insiste em que se deva ler muito; pelo contrário, preconiza-se uma atitude seletiva, para poupar o consumidor da dispersão ou mau caminho representados pelo exemplos negativos. Esse fato configura um modelo de leitor não muito diferente do criador...” [Lajolo & Zilberman, p. 73].

Como apontamos, em relação ao consumo do impresso há pelo menos 2 aspectos que consideramos importante identificar: o primeiro ligado ao mercado e vinculado aos mecanismos de comercialização que colaboraram para a orientação e formação de preferências de leitura, o outro relacionado ao sistema de ensino preocupado com a formação dos indivíduos, utilizando a leitura como instrumento de suas políticas de alfabetização.

BIBLIOGRAFIA

- FRIEIRO, Eduardo. *O diabo na livraria do cônego*. 2.ed. Belo Horizonte : Itatiaia, Edusp, 1981. p.13-62
- KOSHIYAMA, Alice Mitika. *Monteiro Lobato: intelectual, empresário, editor*. São Paulo : T. A. Queiroz, 1982. p.16-66
- LAJOLO, Marisa, ZILBERMAN, Regina. *A leitura rarefeita: livro e literatura no Brasil*. São Paulo : Brasiliense, 1991.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza. *Livro e sociedade no Rio de Janeiro: 1808-1821*. São Paulo : Departamento de História, FFCLH/USP, s.d. (Folheto)
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 3.ed. Martins Fontes, 1983. p.1-82